

H. S. Salt (1886), *A Plea for Vegetarianism and Other Essays*, The Vegetarian Society, Manchester¹

Recensão de **José Eduardo Reis**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Da autoria de Henry Stephens Salt (1851-1939), *A plea for vegetarianism and other essays* é uma obra originalmente publicada em 1886 pela The Vegetarian Society, com sede em Manchester, Inglaterra. Henry Salt, além de ter sido um ativista de causas sociais e cívicas, foi um prolífico ensaísta, com uma extensa e diversificada bibliografia sobre temas éticos, políticos, naturistas, crítico literário e autor de estudos e biografias sobre escritores anglo-americanos, nomeadamente de Percy Bysshe Shelley e Henry David Thoreau. A “prefatory note” àquele livro esclarece que dois dos seus capítulos, o I e VI, respetivamente intitulados “A Plea for vegetarianism” e “Sir Henry Thompson on ‘Diet’”, reportam-se a ensaios autónomos publicados em Fevereiro de 1883 e Janeiro de 1886 no periódico *Time*, e os restantes oito, em “different times”, nas publicações *Food Reform Magazine*, *Dietetic Reformer* e no órgão anual da *Vegetarian Society*.

O capítulo inicial que dá título a esta monografia – celebrizada pela pioneira exposição racional dos seus argumentos e por se ter constituído num guia de inspiração à dieta não carnívora de Ghandi quando este era ainda um jovem estudante de direito em Londres – enumera, problematizando, as principais razões para se adotar a prática de uma dieta vegetariana: a económica, a alimentar, a estética e a ética. Não sem humor, este

inventário de razões é elaborado a partir da posição de princípio do vegetarianismo do seu autor e segundo uma estratégia argumentativa de refutação das ideias com origem no senso comum e em juízos preconceituosos. Assim, e em conformidade com as preocupações sociais de Salt, este começa por realçar as vantagens económicas da dieta vegetariana para uma população que, à época, era maioritariamente assalariada e privada dos recursos financeiros necessários a prover um regime alimentar omnívoro centrado no consumo de carne animal. Sem ignorar, num outro contexto da sua monografia (113), a tese de que este seu argumento podia servir de legitimação à perpetuação das desigualdades sociais e à generalização dos baixos salários, Salt destaca as vantagens pecuniárias de uma dieta vegetariana cujos benefícios gerais para a saúde podiam ser comprovados pelo exemplo da boa condição vital dos seus voluntários e conscientes praticantes. A estes argumentos (materiais) de carácter económico-sociais e relativos ao bem-estar físico humano providenciados pelo vegetarianismo, Salt agrega argumentos (espirituais) de índole estética e ética em defesa desta dieta. Para o efeito, ele enumera os efeitos deletérios e degradantes de um verdadeiro sentido estético provocados pela visão das carcaças de animais mortos expostos num talho, mas também pela audição dos balidos e mugidos de ovelhas e vacas a caminho de um matadouro, instintivamente apavorados pela morte eminente a golpes de ferro, e ainda pelos sabores e aromas desregrados e excessivos dos cozinhados de origem animal. Recorrendo à sua erudição literária, Salt utiliza ao longo do livro citações poéticas para desmerecer o regime carnívoro que, como sinédoque do regime omnívoro, carece totalmente, em sua opinião, de sentido estético e de virtude ética: “The greatest and most unerring argument in favour of Vegetarianism is, to my mind, the utter absence of ‘good taste’ in flesh-eating, which is revolting to all the higher instincts of the human mind” (12).

Ainda neste capítulo introdutório em defesa do vegetarianismo, Salt escrutina e desconstrói os argumentos mais recorrentemente utilizados contra a dieta vegetariana, como se esta figurasse uma opção de bizarria excêntrica com potenciais prejuízos para a saúde dos seus praticantes. Os seus detratores dividir-se-iam entre os que a consideravam nutricionalmente deficitária para o trabalho físico e os que sustentavam que ela não possuía as propriedades alimentares necessárias para o trabalho intelectual.

Ironizando, Salt recorre à imagem homérica de Cila e Caríbdis para caracterizar esta dupla estigmatização do vegetarianismo, refutando-a com a evidência coeva de que o campesinato em muitos países não se alimentava de carne e de que – certamente pensando na geração romântica inglesa – o mesmo sucedia entre notáveis escritores e poetas. Num estilo que, em perfeita harmonia com o título do ensaio, se poderia definir de militância prosélita, Salt passa em revista outras críticas comuns contra o vegetarianismo, nomeadamente as que o desaprovam com fundamentação médica-dietética, as que o desqualificam com base na análise da anatomia dentária e do sistema digestivo humanos, as que o desacreditam pelos desequilíbrios que a universalização desse regime alimentar poderia provocar na ordem regulada da natureza. Estas críticas e suas correspondentes refutações são desenvolvidas num ensaio posterior, o que configura o VII capítulo, com o título “On certain fallacies”. Aí, Salt procura demonstrar que essas objeções, mais do que serem movidas por um princípio de racionalidade, testemunham ter a sua origem em preconceitos enraizados na “British mind” (73). Com a finalidade de os refutar, ele inventaria, por ordem crescente de dificuldade e sofisticação argumentativa, onze juízos recorrentes – a seu ver falaciosos –, transcrevendo-os no tom prosaico com que, sob a forma de asserção ou de pergunta, surgem geralmente formulados: *1.The teeth, 2.Vegetarianism is impossible in cold climates, 3.Vegetarianism involves too much thinking about one’s food, 4.Vegetarianism is a mere crotchet, 5.We ought to eat meat for the sake of others (the family fallacy), 6.What should we do without leather?, 7.What would become of the animals?, 8.It is better for the animals themselves to live and to be killed, than not to live at all, 9.Is it right to refuse to conform to the dictates of nature? 10.The necessity of taking life, 11.The Scriptural argument*. A cada uma dessas “falácias”, Salt justapõe a sua crítica e correspondente impugnação, esvaziando-as da sua aparente e justificável pertinência judicativa.

É, portanto, como defensor de uma “Food Reform”, como autor comprometido com a defesa e promoção do vegetarianismo enquanto regime alimentar, mas também, e sobretudo, como sistema de ideias transformador dos valores sociais dominantes, nomeadamente como resposta às dimensões política, económica e cultural associadas à então designada “great food question”, que Salt desenvolve em ensaios autónomos, mas

articulados sob a forma de capítulos, os principais tópicos que enuncia no primeiro deles, “A Plea for vegetarianism”. A sua argumentação doutrinária é entretecida e enriquecida pela sua cultura literária. E são frequentes as citações e alusões textuais criativamente convocadas para fundamentar e explicitar os seus juízos. Essa estratégia é elegantemente utilizada para, por exemplo, rejeitar a acusação comum de se associar a axiologia do vegetarianismo a uma idolatria. Nessas circunstâncias ele aconselha o praticante vegetariano a responder com as palavras de Hamlet, quando este diz à sua mãe Gertrudes, que o julga alucinado por ele se referir à presença do fantasma de seu pai, “Ectasy! / My pulse, as yours, doth temperately keep time, / And makes as healthful music: it is not madness / That I have utter'd: bring me to the test”. Na fundamentação literária das suas teses pan-vegetarianas, Salt, ao inventariar as dificuldades de um neófito vegetariano em lidar com as onze “falácias” anti vegetarianas e com o desafio de superar os ditames constrangedores do hábito e da tradição, recorre à alegorização do livro clássico do puritano Bunyan para ilustrar ironicamente as inevitáveis etapas do seu percurso de conversão: “The early career of a Vegetarian is indeed often a veritable ‘Pilgrim’s Progress’. He meets with no lack of such characters as Mistrust, Timorous and Ignorance: Mr. Wordly Wiseman, the representative of Society, is always at hand with his plausible remonstrances” (91).

Já no ensaio “Morality in Diet”, e de modo a realçar, além das vantagens económicas e salutareas, a qualidade moral do vegetarianismo, Salt, ridicularizando contundentemente a dieta carnívora, convoca uma passagem do poema narrativo de Keats, *The Eve of St. Agnes*, interpretando-a à luz da tese de Ruskin de aferir a beleza moral das ações humanas em função da sua possível conversão numa forma poética. Para Salt, essa elevada conceção estética-moral de Ruskin é o critério de ação do vegetariano, mas não do “flesh-eater. Daí os cereais, os legumes, os frutos prestarem-se, na sua profusa nomeação, e contrariamente a qualquer tipo de viandas, a serem adequadamente enunciados, como sucede naquele poema, sob a mais delicada expressão lírica. Qual seria então o efeito poético, pergunta Salt, se em vez do manjar com “candied apple, quince and plum, and gourd, manna and dates”, que o amante Porphyro, “with glowing hand”, prepara para a sua amada Madeline, ele tivesse confeccionado “beaf-steacks and mutton-chops” (23)? E para reforçar a sua irónica

depreciação da dieta omnívora insiste nas perguntas retóricas: “Yet what should we think, if some enthusiastic flesh eater were to give vent to the poetry of his feelings in a ‘Song of the Slaughter-house’ or ‘Ballads of the Butcher’? And why is it that, while the one subject would be innocent and elevating, the other would be loathsome and degrading?” (*ibidem*).

A doutrina moral do belo defendida por Ruskin é sobretudo realçada por Salt no ensaio “Good Taste in Diet”. Tomando-a como fundadora de uma estética indissociável da ética alimentar, essa doutrina serve de pretexto ao autor para exautorar o prazer gastronómico que, realçando o prazer dos sentidos associados à confeção de uma ementa baseada em proteína animal, faz tábua rasa e ignora que “the beef was once an ox, the mutton was once a sheep, the veal was once a calf, and the pork was once a pig” (33). A doutrina da moralidade estética de Ruskin ocupa assim uma função estratégica na defesa que Salt faz do sistema alimentar vegetariano – a ponto de preconizar que esse sistema fosse adotado pela *Guild of St. George*, a corporação fundada pelo esteta inglês para corrigir os males sociais seus contemporâneos. Função essa que, como vimos, serve para potenciar o efeito irónico da crítica movida contra a presuntiva grosseria associada ao regime alimentar carnívoro, tal como este surge ilustrado na citação que Salt faz da fala do pomposo e ridículo Andrew Aguecheek, na *Twelfth Night* de Shakespeare: “I am a great eater of beef, and I believe that does harm to my wit” (47).

O insistente descrédito lançado sobre a dieta omnívora é uma constante deste livro, por contraste com o louvor ou pronúncia que nele se faz a favor do vegetarianismo. É assim que no ensaio “Some results of food reform”, o autor enumera algumas decorrências benéficas da dieta reformada vegetariana após “two or three years of experience” (40). Estas, segundo o autor, a par da elevação e refinamento do sentido estético e moral, contribuem para o exercício de uma vida mais saudável, para a abstinência da ingestão de bebidas alcoólicas, para a neutralização do hábito de fumar e para a consecução da temperança alimentar, *i.e.*, para o cultivo da atitude moderada, refratária à gula e ao ascetismo. A moderação é aliás o princípio axiológico a que Salt recorre para preconizar o vegetarianismo como prática alimentar necessária, mas não suficiente, de uma reforma social a que o seu humanismo utopista aspirava. O breve ensaio “Vegetarianism and Social

Reform” coloca a dieta vegetariana no centro desse desiderato, numa época e numa sociedade em que o aumento da população e a generalização da pobreza social e económica derivadas da revolução industrial solicitavam respostas estruturais e não apenas legislativas. A seu ver, as medidas mais comuns propostas para resolver o problema da alimentação à época – como o fomento da emigração, a implementação de práticas malthusianas, a ideia extravagante do “freezing process’ by which the carcasses of sheep are preserved in the antipodes, and brought to our shores in floating mortuaries constructed for that purpose” (112) – revelavam ser destituídas de um princípio de justiça social e de satisfação económica, mostrando-se, além disso, dependentes do consumo, eticamente reprovável e materialmente dispendioso, de proteína animal. Na opinião de Salt, a reforma alimentar vegetariana, pela abundância, diversidade e qualidade nutricional dos seus produtos, e pelos princípios morais a ela inerentes da frugalidade e simplicidade, devia então ser encarada para prover as crescentes necessidades alimentares, mas também como instrumental e funcionalmente integrada no conjunto de outras reformas visando a edificação de uma sociedade justa: de reformas políticas e legislativas, certamente, mas também de reformas das mentalidades preconceituosas e subordinadas a concepções profissionais especializadas, nomeadamente, como Salt explica e denuncia no ensaio “Medical Men and Food Reform”, as dos médicos formados num paradigma de conhecimento pouco dado à abertura epistémica e à revisão crítica.

A ideia da necessidade de se reformar a atitude comum que os humanos manifestam em relação aos animais não humanos é a que informa o ensaio “Sport”. Antecipando aqui as teses que desenvolveria no seu livro *Animal Rights*, publicado 1894, Salt, invocando o princípio da simpatia humanitária pelo reino animal, desconstrói a argumentação em defesa dos desportos violentos e de morte de animais praticados à época, na Grã-Bretanha. Crente de que havia de prevalecer a paixão da piedade sobre a da violência no conflito de instintos que, segundo ele, se trava em toda a mente humana, Salt cita a passagem da *Utopia* de Thomas More relativa à condenação da caça para fins lúdicos, tomando-a como um exemplo literário antecipador da sua desejável abolição a ser distendida a outros desportos de crueldade e implicando a morte de animais. Na opinião de Salt, as habilidades humanas

reveladas nos desportos da caça e da pesca não justificam a sua consagração, antes o reconhecimento de terem sido fomentada por um “brutal and degrading [...] habit” (96). A sua legitimação por via das possibilidades que a natureza oferece para a consecução dos seus objetivos cruéis e letais é para Salt um contrassenso. Nesse sentido ele pergunta se os benefícios pessoais experienciados pelos caçadores e pescadores desportivos no contacto com natureza não poderiam ser alcançados sem o sacrifício e a morte dos animais. À luz de uma possível resposta negativa, Salt ironiza. Era como se os “dynamiters who cross the Atlantic to blow up an English town might on this principle justify the object of their journey by the assertion that the sea voyage brought them in contact with the exalting and ennobling influences of the Atlantic” (98).

Mas a ironia maior, e que funciona como uma hipérbole logicamente deduzida da militante censura de Salt ao regime alimentar carnívoro, é a que se consubstancia no ensaio “The Philosophy of Cannibalism”. Neste, o autor, reportando-se às reações de escândalo a dois casos coevos de prática do canibalismo por razões de sobrevivência, “the Greeley Expedition and the the voyage of the yacht Mignonete” (102), afirma ser para ele incompreensível os escrúpulos manifestados, “too squeamish and sentimental” (*ibidem*), pelos comedores de carne. E a razão dessa incompreensão radica no argumento de que “cannibalism is not only a branch of that great flesh-eating system of diet of which they [the carnivorous] are upholders, but it is beyond doubt the most logical and fully developed realisation of the principles on which that system is based” (*ibidem*). O registo irónico de Salt em equiparar provocatória e hiperbolicamente o canibalismo ao regime alimentar carnívoro evolui no devir do ensaio para uma deliberada tonalidade de humor negro. Para isso convoca referências míticas, relatos fornecidos pela antropologia, exemplos da literatura e da historiografia da antiguidade clássica – concretamente o episódio homérico do Polifemo comedor dos companheiros de Ulisses e a referência de Heródoto no livro III das suas *Histórias* a tribos que se alimentavam de seres humanos – de modo a adjudicar ao canibalismo o estatuto de uma “time-honoured institution” idêntica à que consagra socialmente o sistema alimentar da “ordinary flesh-eating” (*ibidem*). Seguidamente, esse humor distende-se à tese provocatória de considerar a possibilidade do canibalismo poder

ser justificado pelas tribos que o praticam com o mesmo tipo de argumentos dos “flesh-eaters”, isto é, mediante o recurso ao hábito, à tradição, ao preconceito armado de razão, às falácias na defesa do seu sistema alimentar: “‘It has always been so’; ‘it is the regular rule of our society’; ‘our medical man approve it’; ‘we are strong and healthy on this diet’; ‘it is evidently the law of Nature’; ‘it is much kinder to the victims than to leave them to die of a lingering old age’; ‘the world would be over-run with old and sick people if we did not eat them’; ‘it is absolutely necessary at times to take life’; ‘we must be practical, and not give way to humanitarian sentiment’” (104-105). Finalmente, o negrume do humor de Salt devém assumidamente escandaloso quando compara a exposição de membros amputados de seres humanos pelas tribos dos Papuas da New Britain com a mostra de carcaças e partes dos corpos de animais nas vias públicas da “old Britain”. E acrescenta: “If we wish to see cannibalism (in its literal sense) rampant and unchecked, we need not go very far from home to enjoy this instructive spectacle, for the roast beef of Old England, as well as the roast man of New Britain, will supply a fruitful subject of meditation” (109-110). Para quem então seria útil essa meditação? Para os que “deplore that dog-like perversity of appetite which prompts men to glut themselves with food at once disgusting and degrading, while they neglect or despise the pure and simple gifts scattered everywhere by the bountiful hand of Nature” (110).

A Plea for vegetarianism de Henry Salt é, pelo exposto, um autêntico manifesto em torno de um regime de alimentação que, mais do que saudável, se pretende eticamente prosseguido no contexto de uma utópica e multidimensional reforma da sociedade sua contemporânea. Como todos os textos-manifestos é, portanto, um documento que apela à defesa de uma tese. Cabe ao leitor avaliar criticamente a sua coerência argumentativa e o alcance axiológico da sua intenção doutrinária.

NOTA

¹ O presente trabalho foi realizado no âmbito do Projeto ALIMENTOPIA / Utopian Foodways, financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – COMPETE 2020 e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CPC-ELT/5676/2014 | POCI-01-0145-FEDER-016680).